

SORORIDADE COMO PACTO POLÍTICO MOMENTÂNEO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES DO CONGRESSO BRASILEIRO¹

Laila Carolline Silva de MELO DOURADO²
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal

Resumo

Analiso discursos das páginas de notícias da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara que possuem os mesmos núcleos de sentidos (formações discursivas), em um puxar os fios discursivos (os interdiscursos) para compreender o que é materialmente expresso a respeito da sororidade. A sororidade como pacto político com finalidades específicas e a defesa de pautas de direitos de mulheres são esperadas. A pesquisa se ancora em Teorias Feministas e de Gênero, Políticas Feministas e do Discurso, as de Assessoria de Comunicação e Comunicação Organizacional. Serão observadas 20 publicações por meio da Análise de Discurso francesa. A investigação apontou a sororidade entre as organizações analisadas, para com mulheres que atuam ou não na política e para outros coletivos de mulheres.

Palavras-chave: comunicação; política; sororidade; organizações de parlamentares.

1. Introdução

Mesmo com a maioria populacional e do eleitorado composta por mulheres, 52% nos dois casos (IBGE, 2020; TSE, 2020), os cargos de poder e tomadas de decisão ainda não atingem proporcionalidade entre mulheres e homens no Brasil. Na legislatura atual, somente 15% da Câmara dos Deputados e 10% do Senado Federal é ocupada por mulheres (MELO DOURADO, 2020).³ Nesse cenário, questiono se as parlamentares tem ações voltadas a união entre elas, no que tem sido denominado como sororidade. Observo que senadoras e deputadas federais se reúnem formalmente em duas organizações⁴, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (SM), as quais produzem conteúdos midiáticos próprios. Por isso, analiso as páginas de notícias⁵ das organizações.

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestra em Comunicação pela Linha de Poder e Processos Comunicacionais do PPGCOM FAC/UNB. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFG; lailamelocomunicacao@gmail.com.

³ Os dados se referem ao estudo demonstrado na dissertação que origina esse artigo (MELO DOURADO, 2020).

⁴ Assumo que “o termo ‘organizações’ já se tornou comum para denotar as mais diversas modalidades de agrupamentos de pessoas que se associam intencionalmente para trabalhar, desempenhar funções e atingir objetivos comuns [...]” (KUNSCH, 2003, p. 25).

⁵ ProMul do Senado: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/noticiasprocuradoria>. SM da Câmara: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias>. Acessos em: 10 abr. 2021.

A pergunta que norteia a pesquisa é: como a sororidade pode ser percebida em discursos midiáticos expostos em páginas de notícias as quais representam organizações de mulheres do Congresso Nacional brasileiro? Meu objetivo é analisar os discursos das páginas de notícias da ProMul do Senado e da SM da Câmara, de 2014, 2015, 2018 e 2019, que possuam os mesmos núcleos de sentidos (formações discursivas), em um movimento de puxar os fios discursivos (os interdiscursos) para detectar o que é materialmente expresso e compreender quais são sentidos expostos nesses discursos a respeito da sororidade.

Concebo algumas hipóteses: a) a sororidade será ressaltada como pacto momentâneo com finalidades específicas; b) a defesa de pautas comuns e os direitos de mulheres serão ressaltados. As bases teóricas serão as Teorias Feministas e de Gênero, Políticas Feministas e do Discurso, bem como as de Assessoria de Comunicação e Comunicação Organizacional. A opção metodológica foi a Análise de Discurso (AD) de vertente francesa por privilegiar a materialidade discursiva. Esse artigo tem origem na dissertação de minha autoria (MELO DOURADO, 2020), defendida no âmbito do PPGCOM FAC/UnB com orientação da Dra. Liliane Machado. Para essa análise o foco são 20 textos que servirão como exemplos das argumentações propostas.

2. Organizações de parlamentares federais do Congresso

A ProMul do Senado e a SM da Câmara foram institucionalizadas em 2013. Elas são organizações nas quais as parlamentares federais se reúnem em torno de objetivos compartilhados (como Projetos de Lei) e realizam cursos e outras ações. Ambas possuem órgãos e canais de comunicação pelos quais produzem e midiaticizam conteúdos.⁶ A proposta desse trabalho é observar as páginas de notícias das organizações, por entender que elas expõem seus valores e atividades. Compreendo que as parlamentares, embora não assinem os textos (com exceções de artigos de opinião), as utilizam para midiaticizar conteúdos. Dessa forma, as páginas funcionam como acesso

⁶ A Promul produzia o *Jornal Senado Mulher*, uma publicação mensal, distribuída de forma impressa, disponibilizada no site da ProMul e enviada por e-mail. Estão disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes>. As organizações possuem redes sociais. Disponíveis em: Youtube: Procuradoria da Mulher do Senado; Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Facebook: @procuradoriadamulher; @secretariadamulherdacamaradosdeputados. Twitter: @procuradoriadamulher; @secmulher. Flickr: Procuradoria da Mulher do Senado; Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Em parceria com a *Rádio Senado*, realizavam o *Pautas Femininas*. Eram audiências mensais, disponibilizadas pela *Rádio* e online. O programa passou por atualização do seu formato presencial por causa da pandemia do Covid 19. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/pautas-femininas>. Acesso em: 10 abr. 2021.

a veículos e comunicação com o eleitorado. O que me interessa vislumbrar são os sentidos dos discursos materializados e os interdiscursos que eles resgatam.

3. O que me norteia: referenciais teóricos

As críticas feministas denunciam que o patriarcado⁷ é um poder exercido por homens sobre as mulheres em várias instituições sociais (KRITSCH, 2012) como a política. Por isso, ressalto minhas bases em Teorias Feministas e de Gênero e Políticas Feministas, por compreender a relação direta delas com o objeto analisado. Evidencio ainda que a categoria “mulher” não contempla a diversidade de marcas sociais que nos atravessam e, assim, assumo teorias que privilegiam a interseccionalidade.

Adoto também os Estudos Culturais e as Teorias da Comunicação e Discurso. Para Hall (2016), a representação pela linguagem é fundamental para os processos de produção de significados já que é por ela que nos colocamos em uma cultura. As mídias também atuam nessa produção sentidos, por contribuir “para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e o que desejar – e o que não” (KELLNER, 2001, p. 10). Além disso, ressalto meu olhar para dois poderes: o político e o midiático – e a relação de poder/saber exposta por Foucault (1999) perpassa as discussões. Assumo que os discursos midiáticos são uma forma de poder/saber, pois, dizer ou não dizer é significativo. Enquadro os órgãos de comunicação analisados nessa cultura midiática⁸ e seus discursos atuantes nesse processo de poder/saber.

As práticas discursivas analisadas possuem cunho organizacional, visto que são construídas/publicizadas “para designar todo trabalho levado a efeito pelas organizações em geral” (KUNSCH, 2003, p. 149). A ProMul e a SM explicitam o uso desse tipo de serviço com a terminologia de Assessoria de Comunicação. As páginas observadas são veículos de comunicação das casas (*house organ*), produtos criados para difusão de informações da instituição (FERRARETTO; FERRARETTO, 2009). Dessa forma, as teorias relacionadas à Comunicação Organizacional e de Assessoria de Comunicação também serão privilegiadas.

⁷ Patriarcado é “uma instituição social que se caracteriza principalmente por valorar e significar positivamente a sexualidade masculina, fazendo dela a fonte e a justificação do poder dos homens sobre as mulheres [...]” (KRITSCH, 2012).

⁸ O conceito é detalhado por Douglas Kellner (2001).

4. Sororidade como aliança política feminista

bell hooks (2018) argumenta que a ideologia da superioridade masculina atua na crença de que mulheres só obterão valor próprio ao se relacionarem com homens ou se unirem a eles. Assim, a relação umas com as outras é desencorajada. Em contraposição a esse pensamento, na década de 1970, feministas cunharam o termo sororidade em referência à irmandade entre mulheres. Porém, para hooks (2018), essa concepção foi ancorada em um feminismo branco e burguês, que mascara e confunde a realidade diversa e complexa das mulheres. Por isso, considero evidenciar minha compreensão da sororidade como aliança política entre mulheres “para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher” (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2006, p. 126). Compreendo que a sororidade ocorre quando mulheres se aliam para conceberem acordos, momentâneos ou não, e é esse movimento que percebo nas organizações que analiso.

4. Fundamentos para a análise: metodologia e *corpus*

Como minha proposta é observar os discursos, optei pela AD Francesa, pois, a busca dela é entender como o texto significa. Dessa forma, observarei as Formações Discursivas (FDs) que são discursos que possuem o mesmo núcleo de sentido, conjuntos de performances verbais “que estão ligados no nível do enunciado” (FOUCAULT, 2008, p. 133-134). Minha busca é compreender os sentidos dos enunciados e observar quais fios de outros discursos já pronunciados estão presentes, os interdiscursos.⁹ Isso ocorre, pois, como Orlandi (2015), compreendo que os sentidos são resultados de relações entre discursos que apontam para outros dizeres e que eles se sustentam. Nesse trabalho, meu olhar é para a FD que trata da sororidade pelo olhar de órgãos de notícias das organizações parlamentares federais brasileiras.

O *corpus* escolhido comporta textos expostos nas páginas de notícias, tais como: notas, reportagens, artigos de opinião, entre outros.¹⁰ A investigação privilegia quatro anos em que os discursos foram publicados (2014, 2015, 2018 e 2019)¹¹ com um mês de

⁹ O interdiscurso é compreendido como: “o conjunto de unidades discursivas (que pertencem a discursos maiores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um *discurso particular* entra e relação implícita ou explícita” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, grifos dos autores).

¹⁰ Na dissertação (MELO DOURADO, 2020) houve destaque para gêneros textuais e como eles atuam.

¹¹ O *corpus* total tem início no ano de fundação das organizações, 2013, e segue até 2019 com vistas a privilegiar todas as legislaturas que passaram pelas organizações. O recorte considera o ano 1 e 4 de cada legislação das deputadas por considerar a impossibilidade de aplicar isso as senadoras, já que os mandatos são de oito anos. Os meses em análise são os que mais tiveram publicações por entender que tiveram maior atenção das Assessorias.

cada um. O *corpus* total tem 155 publicações¹² e todas trazem, de alguma forma, a sororidade. Porém, o foco desse texto é a sororidade como um pacto político momentâneo entre as organizações e que é pautada pela defesa de direitos de mulheres. Por isso, para essa análise, trago apenas exemplos que reafirmam minhas argumentações, em 20 textos, 10 de cada organização.¹³ Para privilegiar a fluidez da leitura, utilizarei a referência “PROMUL” e “SM”. Essa menção será acrescida do número indicativo da publicação, por exemplo: PROMUL 01 e SM 01, com as respectivas datas de publicação: dia/mês/ano.

5. Sororidade como pacto político momentâneo: alianças e a pauta de lutas comum

Mesmo sem o uso da terminologia, considero que os sentidos dos enunciados analisados retomam a ideia de sororidade como uma prática política. O *corpus* permite que a vislumbremos ao defenderem, realizarem e enfatizarem a união entre as parlamentares de cada casa legislativa, entre deputadas e senadoras, entre as organizações analisadas, para com outras mulheres que atuam ou não na política.

Uma dessas formas de sororidade é entre mulheres das organizações. Observo isso na apresentação de quem participou de eventos: “Participaram da reunião as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), Rosane Ferreira (PV-PR) [...]” (SM 02, 10/03/2014); “Participaram também da reunião as senadoras Regina Sousa (PT-PI), Maria do Carmo (DEM-SE) [...]” (PROMUL 03, 01/03/2018). Os enunciados destacados ressaltam a sororidade como uma ação suprapartidária. Porém, compreendo que ela é momentânea e tende a ser destinada à defesa de pautas de interesses comuns.

A sororidade suprapartidária é percebida na descrição da página da Secretaria da Mulher: “é um agrupamento suprapartidário integrado por todas as deputadas” (SM DA CÂMARA, s/d). Vale destacar que a SM é integrada pela Bancada Feminina e a ProMul da Câmara composta, cada uma, por uma coordenadora e três adjuntas, de partidos distintos. O que não significa que os embates dentro da organização não existam. Uma amostra disso ocorreu quando as parlamentares de direita e esquerda se uniram para que nenhuma representante do Partido Social Liberal (PSL) fosse eleita como Procuradora da Mulher Câmara em 2019. A defesa de Carla Zambelli (PSL-SP) era de que o partido ocupasse as posições principais (BILENKY, 2019). O conflito ocorreu, pois

¹² O *corpus* total tem 82 textos da SM e 73 textos da ProMul.

¹³ O resumo das informações referentes a esses textos está disponível no Apêndice.

parlamentares do PSL argumentaram que a morte de Marielle Franco¹⁴ deveria ser tratada como uma violência comum. A afirmativa não foi aceita por deputadas de “direita como Dorinha, que, por isso, consegue agregar apoio da esquerda” (BILENKY, 2019). A ação surtiu efeito e nenhuma das legisladoras do PSL alcançou os cargos.¹⁵

A ProMul do Senado também defende a união entre as parlamentares ao se afirmar como o órgão de representação de toda a Bancada Feminina (PROMUL, 2018). Contudo, acredito ser importante resgatar uma situação que presenciei. Em 2016, fui a um seminário promovido pela ONU Mulheres em parceria com a ProMul do Senado e a SM da Câmara.¹⁶ A Reforma Trabalhista estava em tramitação e havia embates em relação a retirada de direitos das mulheres. As críticas se voltavam para a presidenta da Comissão da Reforma, a senadora Marta Suplicy (MDB-SP). Entre as ouvintes do evento, estavam as que não apreciaram a presença de Marta. Vaias foram proferidas, e, durante a fala da senadora, mulheres ficaram de costas até a Marta terminasse. A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Graziottin, pediu que o público respeitasse a senadora e afirmou que o espaço não era para atitudes agressivas. Compreendo que, apesar do cenário demonstrar o exercício da sororidade, a atitude de Graziottin, na verdade, evidencia uma ação apropriada aos decoros que o Congresso exige.

É válido destacar ainda que não é possível inferir se a relação entre os jornalistas das organizações e as parlamentares é tranquila. Há de se imaginar que também haja disputas, visto que órgãos de comunicação lidam com essas diferenças partidárias. Essa argumentação se fundamenta em minha experiência profissional como ex-assessora de Comunicação de uma entidade que também agregava diversas figuras com diferentes posicionamentos políticos. Era comum presenciar embates entre os integrantes. Contudo, o discurso organizacional tende a não expor essas divergências.

5.1 A sororidade entre SM da Câmara dos Deputados e a ProMul do Senado

Também foi notório encontrar discursos que apresentam união entre as organizações analisadas. Essa parceria fica evidente em textos demonstrativos de

¹⁴ Tratarei o caso a seguir.

¹⁵ Iracema Portela (PP-PI) foi eleita como Procuradora e Aline Gurgel (PRB-AP), Marília Arraes (PT-PE) e Carmen Zanotto (PPS-SC) foram escolhidas como as adjuntas. Mais informações em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/procuradoria-da-mulher-1/copy_of_procuradora; <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/procuradoria-da-mulher-1/coordenadoras-adjuntas>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹⁶ Mais informações em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/seminario-propoe-pauta-de-interesse-das-mulheres-ao-congresso-nacional-em-2017/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

atuações conjuntas dos coletivos: “Programação – Março Mulher 2019 – Câmara e Senado” (SM 08, 08/03/2019); “Procuradoras do Senado e da Câmara são homenageadas” (PROMUL 08, 21/03/2018).

Essa aliança entre as organizações também é observada em ações, como a campanha “Mais mulheres na política”. A mobilização é realizada por elas e o Senado.¹⁷ A campanha gerou livretos que tratam da relação entre mulheres e a política. Em reportagem que divulgou o lançamento do livreto,¹⁸ há realce a essa parceria: “A produção conta com o apoio da Bancada Feminina do Congresso Nacional [...]” (PROMUL DO SENADO, 2015). É interessante observar como os enunciados retomam o arquivo de uma “Bancada Feminina do Congresso”, uma união informal entre as deputadas e senadoras em torno de uma pauta comum. De acordo com o Politize (2019), embora parlamentares sejam eleitos/eleitas com compromissos partidários e componham bancadas de partidos, eles/elas também atuam com colegas de outras legendas em defesa de pautas que comuns. Exemplos dessas associações são as bancadas evangélica e também a de mulheres. A Bancada Feminina da Câmara compõe formalmente a SM da Câmara e já foi denominada como Bancada do Batom, termo pejorativo, que foi abolido.

5.2 Para além do Congresso: sororidade para com outras mulheres políticas

As práticas discursivas observadas apontam para uma sororidade que ultrapassa as paredes do Congresso Federal. Essa aliança política é direcionada às mulheres que atuam ou que já atuaram em outros espaços políticos. Esse tipo de enunciado prevalece ao se tratar de violências que atingiram mulheres em atuação política. Três textos da ProMul do Senado são assinados diretamente pela organização e tratam de casos de parlamentares vítimas de violência: “Nota de solidariedade à deputada estadual do Amazonas, Alessandra Campelo” (PROMUL 01, PCdoB, 4/11/2015); “Marielle, presente!” (PROMUL 05, 15/03/2018) e “Nota de Solidariedade” (PROMUL 10, 30/04/2019). É notório observar que os títulos das publicações evocam a perspectiva de solidariedade. A abordagem da ProMul se divide em dois temas: a violência política ligada diretamente ao gênero e a violência perpetrada contra uma parlamentar assassinada em função de sua atuação política (Marielle Franco).

¹⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/folder-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 7 jan. 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 7 jan. 2020.

O PROMUL 01 e PROMUL 10 evidenciam a sororidade para com parlamentares vítimas da violência política de gênero. Ela é compreendida como qualquer atitude ou “omissão entre outros, baseada em seu gênero, de forma individual ou grupal, que tenha por objetivo ou por resultado, minar, anular, impedir, adicionar obstáculos ou restringir seus direitos políticos” (OEA, 2015, p.2, tradução minha). Os enunciados abordam a violência de forma enfática e ressaltam como ela atua: “coíbe a entrada das mulheres no mundo da política, dificulta sua permanência nos espaços de poder e acelera ou estimula sua saída da vida pública” (PROMUL 10, 30/04/2019). Apenas um texto da SM alude a essa violência, trazida pela voz da deputada Tereza Nelma: “estamos unidas contra qualquer tipo de violência, dentro e fora do parlamento” (SM 10, 14/03/2019). Porém, é válido destacar que a organização lançou, em 2019, a campanha *Uma letra muda todo o contexto* que afirma fazer diferença se quem está em uma carreira política é homem ou mulher. A campanha demonstra preocupação e abordagem da organização a esse tipo de violência.¹⁹

O PROMUL 05 é uma carta pela qual a ProMul do Senado se posiciona a respeito da morte de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL.²⁰ O assassinato motivou uma onda de manifestações virtuais e presenciais. Entre as frases de protesto evidenciadas estavam “Marielle, presente!”, título do texto em análise. Entre os enfoques do texto estão a solidariedade às famílias das vítimas e o destaque para a importância da vereadora: “[...]a Procuradoria acompanha o pranto e a dor da população carioca diante da execução a tiros de uma das suas mais atuantes e promissoras políticas [...]” (PROMUL 05, 15/03/2018).

A SM da Câmara dos Deputados também abordou o assassinato, porém de forma menos enfática, outra vez, pela através da fala de Tereza Nelma: “numa execução com características de motivação política” (SM 06, 24/04/2018). O texto não é assinado pela Secretaria, ou seja, não expõe opiniões efetivas da organização. Ao resgatar os embates que relatei a respeito do posicionamento das deputadas referentes ao caso, posso inferir que esse é um assunto que causa discordância entre as parlamentares, o que impossibilitaria uma manifestação mais ativa da SM tal como a feita pela ProMul.

¹⁹ Além da dissertação que origina esse texto, a temática também foi abordada em: MELO DOURADO, L. C. S. de. Mulheres e atuação na política brasileira: representatividade e a cultura política patriarcal pelo olhar de órgãos de notícias de organizações de mulheres eleitas para o Congresso Nacional. In: COMPOLÍTICA 2021, 2021. **Anais**.

²⁰ Ela e o motorista Anderson Gomes foram assassinados em 2018 no Rio de Janeiro. Mais informações em: **ISTO É**. Confira o que se sabe sobre o assassinato de Marielle Franco. Publicada em: 31 de outubro de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/confira-o-que-se-sabe-sobre-o-assassinato-de-marielle-franco/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

5.3 As alianças estabelecidas e destacadas com outros coletivos de mulheres

Os enunciados observados revelam a associação das organizações com outras com a mesma proposta. Esse movimento é notado em: “A criação de órgãos para representar os interesses das mulheres em todas as casas legislativas [...] também foi discutida durante o encontro” (SM 05, 19/10/2015). Essa ação também é ressaltada quando a ProMul e a SM participam de ações conjuntas e criações de outros coletivos de parlamentares, como pode ser observado no títulos “Procuradoria Especial da Mulher é inaugurada em Novo Hamburgo (RS)” (PROMUL 09, 23/03/2018). Compreendo que tais ações demonstram a sororidade na prática.

5.3.1 A sororidade para além da política

A sororidade percebida nos discursos não é estabelecida só para mulheres que atuam na política. Isso fica evidente nas páginas de apresentação das organizações. “A tarefa da ProMul é a luta pela igualdade plena e o enfrentamento da violência contra as cidadãs [...]”(PROMUL)²¹; “A assessoria jurídica da Secretaria da Mulher recebe, examina denúncias de violência e discriminação contra a mulher e as encaminha aos órgãos competentes [...]” (SM DA CÂMARA)²². A sororidade para mulheres que sofrem violência também é uma prática discursiva constante no *corpus* total da pesquisa. Essa análise foi executada na dissertação que origina esse texto.

Os enunciados da SM demonstram aproximação de olhares para mulheres com experiências diversas. Essa sororidade é demonstrada, por exemplo, ao indicar apoio e incentivo às iniciativas de outras mulheres como em: “[...] haverá o lançamento dos volumes 1 e 2 da Coleção das Escritoras do Brasil. [...] será inaugurada a exposição dos indicadores de Gênero e Raça [...]” (SM 09, 18/03/2019). Os enunciados revelam que outros marcadores sociais são considerados para além do gênero.

A ProMul do Senado também assume essa perspectiva de sororidade para além da política. Uma dessas demonstrações é a defesa do Projeto de Lei do Senado (PLS) 64/2018²³ que aborda uma medida provisória em benefício das mães e gestantes em

²¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/textoinicial>. Acesso em: 8 jan. 2020.

²² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>. Acesso em: 8 jan. 2020.

²³ É de autoria da Senadora Simone Tebet (MDB/MS). O texto é uma emenda que modifica a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Ele estabelece requisitos “mais flexíveis para progressão de regime e possibilidade de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência” (SENADO, 2018) e disciplina o cumprimento de pena privativa dessas

prisão provisória. Os enunciados da PROMUL 03 (01/03/2018) recuperam os arquivos da relação direta entre mulheres e cuidados para com crianças e a vulnerabilidade das encarceradas. As prisões brasileiras possuem a quarta maior população carcerária feminina do mundo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA; DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2017). Além disso, as encarceradas possuem características comuns: além de serem responsáveis pelos filhos, a maioria “é negra ou parda, já fora alvo de algum tipo de violência (física, sexual, psicológica), com baixo nível de escolaridade, fruto de uma família desestruturada e presa por tráfico de drogas” (ISACC; CAMPOS, 2019). Esses interdiscursos resgatados pela ProMul demonstram indícios de uma perspectiva de atuação interseccional.

6.3.2 As pautas de interesse comum: a manifestação da sororidade como ação política

Segundo Monte (2015), as organizações possuem identidades que expõem quem elas são e os valores defendidos, por essa perspectiva, assumo que as analisadas possuem valores que compõem suas identidades. Entre eles, existe a defesa de uma pauta comum das parlamentares que é ligada aos direitos das mulheres. Ação que também compreendo como manifestação de sororidade com uma intenção política.

Esse compartilhamento de uma agenda de interesses pôde ser observado nas páginas analisadas em diferentes anos. Isso fica explícito no uso de alguns termos: “pautas de interesse da Bancada Feminina” (SM 04, 16/10/2015) e “projetos priorizados pela bancada feminina do Senado” (PROMUL 03, 01/03/2018), por exemplo. A construção de uma pauta comum evoca, outra vez, a sororidade suprapartidária. Essa ação não era esperada, visto que, no Congresso, há perfis ideológicos partidários distintos.²⁴ Entretanto, os enunciados seguintes demonstram o contrário: “[...] trabalhos suprapartidários da bancada feminina na defesa dos projetos que ampliem e fortaleçam os direitos das mulheres no Brasil” (SM 07, 08/03/2019); “[...]‘nós podemos ser de outros partidos e lutar por causas diferentes, mas quando o assunto é a situação das mulheres, nós nos unimos’” [fala da senadora Vanessa Grazziotin] (PROMUL 02, 09/11/2015). Esses movimentos não são automáticos, visto que as disputas ideológicas são desagregadoras em geral.

mulheres. O PLS foi aprovado e se tornou a Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Mais informações em: Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132359>. Acesso em: 8 jan. 2020.

²⁴ Na dissertação a qual esse artigo origina, apresentei um estudo dos perfis ideológicos das parlamentares durante o período em que analiso os discursos.

Lagarde y de los Rios (2006) ressalta a importância das mulheres estabelecerem pactos umas com as outras. Para a autora, isso é a sororidade como uma dimensão da política que busca a confluência e sintonia entre as mulheres, ligada à cidadania. Ela afirma que os pactos estabelecidos em ambientes públicos caminham para construção de uma agenda em comum entre mulheres, baseada em uma vontade política de gênero e isso não se trata de amor incondicional umas às outras. “Os acordos entre nós são limitados no tempo e têm objetivos claros e concisos” (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2006, p. 126). Dessa forma, compreendo que a sororidade utilizada pelas organizações observadas e suas respectivas integrantes também segue essa lógica. Além disso, para Lagarde y de los Rios (2006) é preciso elucidar as agendas compartilhadas, por isso procurei observar quais são as pautas defendidas pelas organizações observadas.

As evidências foram ressaltadas em títulos, como demonstram: “‘Mulheres tem que ocupar mais espaços na política’, defende Carmen Zanotto” (SM 03, 05/10/2015); “ProMul debate violência contra as mulheres na Internet (PROMUL 07, 20/03/2018). Identifico que as práticas discursivas analisadas seguem três agendas centrais de lutas: direitos humanos ligados as mulheres (saúde, educação e trabalho); efetividade dos direitos civis, no que tange a representatividade política de mulheres; e o combate à violência contra as mulheres. Os trechos que seguem expõem essas agendas: “necessidade da presença feminina no Parlamento brasileiro, e juntar esforços pela aprovação de matérias relevantes que garanta os direitos das mulheres nas áreas de saúde, trabalho, educação e especialmente na luta pelo enfrentamento à violência” (SM 05, 19/10/2015); “O debate fez parte do painel sobre a participação da mulher nos parlamentos e no mercado de trabalho [...] (PROMUL 04, 13/03/2018)”. Os enunciados resgatam arquivos de temáticas abordadas pelas críticas feministas, como a problematização da ocupação da esfera pública, ao destacar a baixa representatividade de mulheres no espaço político e a atuação das mulheres no mercado de trabalho, bem como a violência marcada pelo gênero. Esses assuntos estão no cerne do debates propostos pelas Teorias Feministas e de Gênero e Política Feminista.

É salutar evidenciar que existe, na página da SM da Câmara, uma aba denominada “Proposições sobre a mulher”.²⁵ Nela, é possível encontrar informações a respeito de Projetos de Lei (PLs) e Medidas Provisórias, por exemplo, que abordam tais

²⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/proposicoes-sobre-a-mulher/todas>. Acesso em: 5 jan. 2020.

temáticas em tramitação na Casa. O site da ProMul do Senado também possui uma página parecida em que expõe os PLs²⁶ defendidos, como: saúde (relacionados à saúde da mulher); política (que tratam da participação de mulheres); violência (referentes à prevenção e combate a violência contra mulheres); e trabalho (projetos que remetem à inclusão da mulher no mercado de trabalho). Essa observação me permite verificar a preocupação das parlamentares em divulgar as discussões legislativas de interesse das mulheres, bem como o de acompanhar suas tramitações.

Contudo, essas pautas compartilhadas defendidas pelas organizações e parlamentares não são compreendidas por elas como feministas, mas sim como femininas.²⁷ É válido ressaltar que, apesar das organizações comungarem agendas, isso não significa que todas as parlamentares as assumem individualmente, dados os vários perfis ideológicos partidários que o Congresso acolhe. Percebo que a sororidade entre elas termina quando desacordos ocorrem. Um exemplo dessa diferença de posicionamentos foi apresentado em pesquisa do jornal *O Estado de S. Paulo* observou posturas individuais de 48 das 77 deputadas federais escolhidas para o mandato que entrou em vigor em 2019.²⁸ As únicas pautas de consenso total foram à igualdade salarial e o combate à violência contra mulheres (O ESTADO DE S. PAULO, 2018). Além disso, é oportuno enfatizar que não podemos relacionar certas pautas apenas ao que é compreendido como “questões femininas”, como igualdade salarial e violência doméstica. Apesar de reconhecer a importância dessas agendas compartilhadas, é preciso que mulheres estejam ligadas a todos os setores da vida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas discursivas da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado demonstram uma aliança entre as mulheres que atuam na política e para além desse campo, o que compreendo como a sororidade. Nesse sentido, minhas hipóteses foram confirmadas. A sororidade é utilizada como um acordo político momentâneo, com finalidades específicas, que são norteadas pela defesa de uma pauta compartilhada voltada para os direitos de mulheres. Esse encontro de

²⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/@@projetos>. Acesso em: 5 jan. 2020.

²⁷ O mesmo ocorre ao utilizarem o nome *Pautas Femininas* e não *Pautas Feministas*. A análise do discurso permite observar os silenciamentos de enunciados. Acredito que essa ligação das organizações com o feminismo é um deles. Porém, não foi o propósito desse artigo abordá-los.

²⁸ As indagações foram a respeito de posicionamentos referentes a aborto, equiparação salarial, combate à violência contra as mulheres, ampliação da licença-paternidade, medidas para inclusão de mais mulheres na política, discussão de gênero nas escolas, a autoafirmação de ser feminista e o perfil ideológico.

pautas era previsto, visto que analiso duas organizações de parlamentares que, como tais, precisam reafirmar certos preceitos que comungam para atuar, e foram esses posicionamentos que pude compreender como pautas de interesses comuns. Além disso, foi possível perceber uma tendência maior da ProMul do Senado em se atentar para questões interseccionais. O que mais uma vez, reforça a importância da pluralidade de perfis ideológicos e sociais, que perpassem o gênero, em cargos de poder e tomadas de decisão.

FONTES

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DO SENADO - PROMUL. **Institucional**. Publicado em 27 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/textoinicial/procuradoria-especial-da-mulher>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DO SENADO - PROMUL. **Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/noticiasprocuradoria>. Acesso em: 5 de ago. 2020.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DO SENADO FEDERAL. **Relatório de Atividades 2018** – Procuradoria Especial da Mulher, <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/relatorio-de-atividades-2018>. Acesso em: 3 jan. 2020.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER DO SENADO. **Bancada feminina lança segunda edição do Livroto “Mais Mulheres na Política”**. Publicada 16 de junho de 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-no-congresso-lanca-segunda-edicao-do-livreto-201cmais-mulheres-na-politica201d>. Acesso em: 7 jan. 2020.

SECRETARIA DA MULHER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notícias**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SECRETARIA DA MULHER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O que é a Secretaria da Mulher**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>. Acesso em: 6 jan. 2020.

REFERÊNCIAS

BILENKY, T. Bancada feminina na Câmara tenta isolar PSL em eleição interna. **Folha de S. Paulo**. Publicada em 23 de março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bancada-feminina-na-camara-tenta-isolar-psl-em-eleicao-interna.shtml?cmpid=assmob&origin=folha>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CHARAUDEAU, P. MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução, Fabiana Komesu. 3ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FERRARETTO, E; FERRARETTO, L. A. **Assessoria de Imprensa Teoria e Prática** [livro eletrônico]. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HALL, S. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016. 269 p.

HOOKS, B. Sororidade: solidariedade política entre mulheres. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. In: SILVEIRA, Helena Isabel Barbosa. Dissertação de Mestrado. Reflexão sobre questões de tradução da obra *Feminist theory from margin to center*, de Bell Hooks. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2018.

ISAAC, F. F.; CAMPOS, T. de P. R. de. O Encarceramento Feminino no Brasil. CEE - **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**. Publicado 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/997>. Acesso em: 8 jan. 2020.

KELLNER, D. **A cultura da mídia** – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KRITSCH, R. O gênero do público, In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras** [livro eletrônico]. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, M. **Pacto entre mujeres sororidad**. Aportes para el Debate: México, 2006. p. 123-135.

MELO DOURADO, L. C. S. de. **Mulheres, Mídia e Política: as formações discursivas presentes nos órgãos de notícias da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados de 2014 a 2019**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA; DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. 2ª Edição. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

MONTE, A. L. A. **Assessorias de comunicação na web: uma análise sobre como essas organizações comunicam a sua identidade** [livro eletrônico]. Brasília: Editora Kiron, 2015.

O ESTADO DE S. PAULO. Entre as deputadas federais eleitas, consenso só no que já é consenso. Publicada em 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/entre-as-deputadas-federais-eleitas-consenso-no-que-ja-e-consenso>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Declaración sobre la violencia y el acoso políticos contra las mujeres.** Lima, 2015. Disponível: <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/declaracion-esp.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli **Análise de Discursos – Princípios & Procedimentos.** 12ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.

POLITIZE. **Bancadas Temáticas no Congresso Nacional.** Publicado em 15 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/bancadas-tematicas/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Perfil do eleitorado brasileiro.** 2020. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-apresentacao-perfil-eleitorado-2020/at_download/file. Acesso em: 05 abr. 2021.

APÊNDICE – TEXTOS ANALISADOS

Quadro 1: Textos da página de notícias da SM da Câmara dos Deputados

Referência	Título	Publicação
SM 01	CCJC aprova série de projetos de interesse da Bancada Feminina, em comemoração ao Mês da Mulher	12/03/2014
SM 02	TSE promoverá campanhas para incentivar a igualdade gênero nas próximas eleições	10/03/2014
SM 03	“Mulheres tem que ocupar mais espaços na política”, defende Carmen Zanotto	05/10/2015
SM 04	Deputadas pedem apoio do governo para projetos de interesse das mulheres	16/10/2015
SM 05	Dâmina participa de evento em defesa dos direitos das mulheres na Câmara Federal	19/10/2015
SM 06	Comissão que acompanha investigação do assassinato da vereadora Marielle ouvirá CNBB e coronel da PM do Rio	24/04/2018
SM 07	“Mulheres estão vencendo o medo e expõem a gravidade do cenário de violência que vivem no Brasil”, afirma Dorinha	08/03/2019
SM 08	Programação – Março Mulher 2019 – Câmara e Senado	08/03/2019
SM 09	Exposição sobre fluxo migratório abre celebração do Mês da Mulher no Congresso Nacional	13/03/2019
SM 10	Tereza Nelma na ONU: “É preciso coragem para romper barreiras”	14/03/2019

Fonte: Elaboração da autora baseada na página de notícias da SM da Câmara dos Deputados.

Quadro 2: Textos da página de notícias da ProMul do Senado

Referência	Título	Publicação
PROMUL 01	Nota de solidariedade à deputada estadual do Amazonas, Alessandra Campelo (PCdoB)	04/11/2015
PROMUL 02	Mais Mulheres na Política chega ao Paraná	10/11/2015
PROMUL 03	Bancada feminina define prioridades para Março	01/03/2018
PROMUL 04	Procuradora da Mulher e diretora-geral debatem equidade de gênero em Embaixada	13/03/2018
PROMUL 05	Marielle, presente!	15/03/2018
PROMUL 06	Parlamentares consultam TSE sobre cota do fundo eleitoral para candidaturas femininas	21/03/2018
PROMUL 07	ProMul debate violência contra as mulheres na Internet	20/03/2018
PROMUL 08	Procuradoras do Senado e da Câmara são homenageadas	21/03/2018
PROMUL 09	Procuradoria Especial da Mulher é inaugurada em Novo Hamburgo (RS)	23/03/2018
PROMUL 10	Nota de Solidariedade	30/04/2019

Fonte: Elaboração da autora baseada na página de notícias da ProMul do Senado.